



Colégio 00001 Sala 0001 Ordem 0001

Dezembro/2022

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAPÁ – DETRAN/AP

Concurso Público para provimento de cargos de
Educador de Trânsito

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Quem não encontra a felicidade em si mesmo, é inútil procurá-la em outro lado.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Estudo de Caso a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 01 a 12, leia a crônica **O lendário país do recall**, de Moacyr Scliar.

1. Leitora manda boneca para *recall* e não a recebe de volta. Como explicar para uma criança que seus brinquedos foram embora há três meses e não voltaram? (Cotidiano, 25/02/2008)
2. *“Minha querida dona: quem lhe escreve sou eu, a sua fiel e querida boneca, que você não vê há três meses. Sei que você sente muitas saudades, porque eu também sinto saudades de você. Lembro de você me pegando no colo, me chamando de filhinha, me dando papinha... Você era, e é, minha mãezinha querida, e é por isso que estou lhe mandando esta carta, por meio do cara que assina esta coluna e que, sendo escritor, acredita nas coisas da imaginação.*
3. *Posso lhe dizer, querida, que vivi uma tremenda aventura, uma aventura que em vários momentos me deixou apavorada. Porque tive de viajar para o distante país do recall. Aposto que você nem sabia da existência desse lugar; eu, pelo menos, não sabia. Para lá fui enviada. Não só eu: bonecas defeituosas, ursinhos idem, eletrodomésticos que não funcionavam e peças de automóvel quebradas. Nós todos ali, na traseira de um gigantesco caminhão que andava, andava sem parar. Finalmente chegamos, e ali estávamos, no misterioso e, para mim, assustador país do recall. Um homem nos recebeu e anunciou, muito secamente, que o nosso destino em breve seria traçado: as bonecas que tivessem conserto seriam consertadas e mandadas de volta para os donos; quanto tempo isso levaria era imprevisível, mas três meses era o mínimo. Uma boneca que estava do meu lado, a Liloca, perguntou, com os olhos arregalados, o que aconteceria a quem não tivesse conserto. O homem não disse nada, mas seu sorriso sinistro falava por si.*
4. *Passamos a noite num enorme pavilhão destinado especialmente às bonecas. Éramos centenas ali, algumas com probleminhas pequenos (um braço fora do lugar, por exemplo), outras já num estado lamentável. Estava muito claro que para várias de nós não haveria volta.*
5. *Naquela noite conversei muito com minha amiga Liloca – sim, querida dona, àquela altura já éramos amigas. O infortúnio tinha nos unido. Outras bonecas juntaram-se a nós e logo formamos um grande grupo. Estávamos preocupadas com o que poderia nos suceder. De repente a Liloca gritou: ‘Mas gente, nós não somos obrigados a aceitar isso! Vamos fazer alguma coisa!’. Nós a olhamos, espantadas: fazer alguma coisa? Mas fazer o quê? Liloca tinha uma resposta: vamos tomar o poder. Vamos nos apossar do país do recall.*
6. *No começo aquilo nos pareceu absurdo. Mas Liloca sabia do que estava falando. A mãe da dona dela tinha sido uma militante revolucionária e sempre falava nisso, na necessidade de mudar o mundo, de dar o poder aos mais fracos. Ora, dizia Liloca, ninguém mais fraco do que nós, pobres, desamparados e defeituosos brinquedos. Não deveríamos aguardar resignadamente que decidissem o que fazer com a gente.*
7. *De modo, querida dona, que estamos aqui preparando a revolução. Breve estaremos governando o país do recall. Mas não se preocupe, eu a convidarei para me visitar. Você poderá vir a qualquer hora. E não precisará de recall para isso.”*

(Adaptado de: Moacyr Scliar. **Histórias que os jornais não contam**. Porto Alegre: L&PM, 2018)

1. Na construção de sua crônica, Moacyr Scliar recorre fundamentalmente à seguinte figura de linguagem:
 - (A) hipérbole.
 - (B) eufemismo.
 - (C) personificação.
 - (D) antítese.
 - (E) pleonasma.
2. A reação inicial das demais bonecas à proposta de Liloca de tomarem o poder no país do *recall* foi de
 - (A) entusiasmo.
 - (B) descrença.
 - (C) rancor.
 - (D) zombaria.
 - (E) solidariedade.



3. O termo que qualifica o substantivo na expressão *grande grupo* (5º parágrafo) tem sentido oposto àquele que qualifica o substantivo em
- (A) *sorriso sinistro* (3º parágrafo).
 - (B) *tremenda aventura* (3º parágrafo).
 - (C) *gigantesco caminhão* (3º parágrafo).
 - (D) *estado lamentável* (4º parágrafo).
 - (E) *probleminhas pequenos* (4º parágrafo).
-

4. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:
- (A) *De modo, querida dona, que estamos aqui preparando a revolução.* (7º parágrafo).
 - (B) *Minha querida dona: quem lhe escreve sou eu, a sua fiel e querida boneca, que você não vê há três meses.* (2º parágrafo).
 - (C) *Mas gente, nós não somos obrigados a aceitar isso!* (5º parágrafo).
 - (D) *Não deveríamos aguardar resignadamente que decidissem o que fazer com a gente.* (6º parágrafo).
 - (E) *Leitora manda boneca para recall e não a recebe de volta.* (1º parágrafo).
-

5. Liloca disse: Nós não somos obrigadas a aceitar isso.
Ao ser transposto para o discurso indireto, o texto acima assume a seguinte redação:
- (A) Liloca disse que elas não eram obrigadas a aceitar aquilo.
 - (B) Liloca disse: – Elas não eram obrigadas a aceitar aquilo.
 - (C) Liloca disse que elas não são obrigadas a aceitar aquilo.
 - (D) Liloca disse: – Elas não seriam obrigadas a aceitar aquilo.
 - (E) Liloca disse que elas não foram obrigadas a aceitar aquilo.
-

6. *No começo aquilo nos pareceu absurdo. Mas Liloca sabia do que estava falando. A mãe da dona dela tinha sido uma militante revolucionária e sempre falava nisso, na necessidade de mudar o mundo, de dar o poder aos mais fracos.* (6º parágrafo)

No trecho acima, a narradora-personagem relata fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

- (A) *sabia.*
 - (B) *pareceu.*
 - (C) *tinha sido.*
 - (D) *estava falando.*
 - (E) *falava.*
-
7. *O homem não disse nada, mas seu sorriso sinistro falava por si.* (3º parágrafo)
- Em relação à oração que a antecede, a oração sublinhada expressa ideia de
- (A) comparação.
 - (B) consequência.
 - (C) causa.
 - (D) oposição.
 - (E) condição.
-

8. Exerce a função sintática de sujeito o elemento sublinhado em:
- (A) *you sente muitas saudades* (2º parágrafo).
 - (B) *aquilo nos pareceu absurdo* (6º parágrafo).
 - (C) *Para lá fui enviada* (3º parágrafo).
 - (D) *Passamos a noite num enorme pavilhão* (4º parágrafo).
 - (E) *Breve estaremos governando o país* (7º parágrafo).
-



9. Verifica-se o emprego de vírgulas para separar um vocativo no seguinte trecho:
- (A) *Uma boneca que estava do meu lado, a Liloca, perguntou, com os olhos arregalados, o que aconteceria a quem não tivesse conserto.*
 - (B) *Aposto que você nem sabia da existência desse lugar; eu, pelo menos, não sabia.*
 - (C) *Nós todos ali, na traseira de um gigantesco caminhão que andava, andava sem parar.*
 - (D) *De modo, querida dona, que estamos aqui preparando a revolução.*
 - (E) *Ora, dizia Liloca, ninguém mais fraco do que nós, pobres, desamparados e defeituosos brinquedos.*

10. O homem não disse nada (3º parágrafo)

Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) foi dito.
 - (B) diria.
 - (C) dissera.
 - (D) teria dito.
 - (E) seria dito.
11. É invariável quanto a gênero e a número o termo sublinhado em:
- (A) *vivi uma tremenda aventura.*
 - (B) *quem lhe escreve sou eu.*
 - (C) *eu também sinto saudades de você.*
 - (D) *você nem sabia da existência desse lugar.*
 - (E) *Você poderá vir a qualquer hora.*

12. Estabelece relação de finalidade o termo sublinhado em:

- (A) *eu a convidarei para me visitar.*
- (B) *conversei muito com minha amiga.*
- (C) *você nem sabia da existência desse lugar.*
- (D) *Passamos a noite num enorme pavilhão.*
- (E) *Você poderá vir a qualquer hora.*

Atenção: Para responder às questões de números 13 e 14, leia o texto do filósofo Geoffrey Chaucer, escrito no século XIV.

Outrora foi o mundo tão estável que I... palavra dada era obrigação. Hoje é tudo tão falso e condenável que nada II... de comum entre ela e ação. Houve no mundo tal transformação que tudo se perde à falta de firmeza.

(Adaptado de: CHAUCER, Geoffrey *apud* GIANNETTI, Eduardo. **O livro das citações**. São Paulo: Companhia das Letras 2008)

13. De acordo com o filósofo, o mundo do século XIV seria caracterizado, sobretudo, pela

- (A) previsibilidade.
- (B) preguiça.
- (C) compaixão.
- (D) melancolia.
- (E) instabilidade.

14. Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas I e II do texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) à – há
- (B) a – há
- (C) a – à
- (D) à – à
- (E) a – a

**Raciocínio Lógico-Matemático**

15. Os números 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 devem ser divididos em dois grupos de forma que a soma dos números de cada grupo seja a mesma. O número de maneiras distintas para fazer isso é
- (A) 4.
(B) 5.
(C) 3.
(D) 6.
(E) 2.
-
16. Um automóvel com capacidade para 50 litros de combustível pode ser abastecido apenas com gasolina, apenas com álcool ou com uma mistura de metade álcool e metade gasolina. Se o preço do litro da gasolina é R\$ 4,50 e do álcool é R\$ 3,30, o gasto médio, em reais, para encher o tanque desse carro é
- (A) 195,00
(B) 215,00
(C) 205,00
(D) 190,00
(E) 210,00
-
17. Em uma dieta seguida por Maria, ela pode beber em um dia: ou 9 sucos verdes, ou 2 isotônicos, ou 1 isotônico e 4 sucos verdes. Em alguns dias ela pode beber apenas água. Nos últimos 10 dias Maria bebeu um total de 30 sucos e 9 isotônicos. Nesses 10 dias, Maria só bebeu água em
- (A) 3 dias.
(B) 2 dias.
(C) 1 dia.
(D) 4 dias.
(E) 5 dias.
-
18. Numa companhia com dez setores de atendimento, o setor que realiza 80 atendimentos semanais teve, em uma semana, um acréscimo de 30% no número de atendimentos em relação à semana anterior e os demais setores mantiveram o mesmo número de atendimentos. A variação da média semanal de atendimentos da companhia em relação à média de atendimentos da semana anterior foi:
- (A) 3 atendimentos
(B) 1,5 atendimento
(C) 3,2 atendimentos
(D) 2,4 atendimentos
(E) 2 atendimentos
-
19. Um número de seis algarismos é formado usando os algarismos 1, 2, 3, 4, 5 e 6, cada um deles uma única vez. Os algarismos 4 e 6 ocupam a primeira e a última posição no número. A soma dos algarismos 1 e 4 com os algarismos localizados entre eles é 12 e a soma dos algarismos 6 e 5 com os algarismos localizados entre eles é 15. A soma dos dois algarismos centrais no maior número que pode ser formado desse modo é:
- (A) 7
(B) 6
(C) 5
(D) 4
(E) 3
-
20. Uma pesquisa sobre a inclusão de arroz e feijão no cardápio do jantar foi realizada com a participação de 40 funcionários. Dentre os que se manifestaram, a inclusão de arroz no cardápio foi aprovada por 23 funcionários e a opção de feijão no cardápio aprovada por 12 funcionários. O número de funcionários que não se manifestaram é o dobro do número de funcionários que aprova a inclusão de arroz e feijão no cardápio do jantar. O número de funcionários que provam a inclusão de somente arroz ou somente feijão no cardápio é:
- (A) 15
(B) 18
(C) 8
(D) 20
(E) 25

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. De acordo com o contido na Resolução Contran nº 930, de 28/03/2022, que dispõe sobre o curso especializado obrigatório destinado aos profissionais em transporte de passageiros (mototaxista) e em entrega de mercadorias (motofretista), que exerçam atividade remunerada na condução de motocicletas e motonetas, é correto afirmar que:
- (A) A estrutura curricular é constituída por 2 (dois) módulos, “Básico” e de “Prática de Pilotagem Profissional”, que totalizam 20 (vinte) horas-aula.
 - (B) São requisitos para a matrícula ter completado 20 (vinte) anos e estar habilitado, no mínimo, há 01 (um) ano na categoria “A”.
 - (C) A estrutura curricular é constituída por 03 (três) módulos, “Básico”, “Específico” e de “Prática de Pilotagem Profissional”, que totalizam 30 (trinta) horas-aula.
 - (D) São requisitos para a matrícula ter completado 21 (vinte e um) anos e estar habilitado, no mínimo, há 01(um) ano na categoria “A”.
 - (E) Os módulos básico e específico apresentam disciplinas e conteúdos iguais para mototaxista e motofretista.

22. Em consonância ao contido na Resolução Contran nº 929, de 28/03/2022, que dispõe sobre os critérios de padronização para funcionamento das Escolas Públicas de Trânsito (EPT), é correto afirmar que:
- (A) Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão enviar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, bimestralmente, “Relatório de Acompanhamento Anual” do funcionamento das EPTs.
 - (B) As EPTs são destinadas a formação e habilitação de condutores de veículos automotores e elétricos em situação de vulnerabilidade social.
 - (C) A Câmara Temática do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) deverá adotar medidas para criar, implantar e manter as EPTs.
 - (D) Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão enviar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, anualmente, no mês de janeiro, “Relatório de Acompanhamento Anual” do funcionamento das EPTs.
 - (E) O Ministério da Educação, juntamente com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações deverão adotar medidas para criar, implantar e manter as EPTs.

23. Considere as seguintes afirmações:

- I. Ter, no mínimo, 30 (trinta) anos de idade.
- II. Não ter sofrido penalidade de suspensão do direito de dirigir.
- III. Não ter sofrido penalidade de cassação da Carteira Nacional de Habilitação.
- IV. Ter, pelo menos, 01 (um) de efetiva habilitação legal para a condução de veículo.
- V. Não ter cometido nenhuma infração de trânsito de natureza grave nos últimos 180 (cento e oitenta) dias.
- VI. Não ter cometido nenhuma infração de trânsito de natureza gravíssima nos últimos 60 (sessenta) dias.

Em conformidade com o contido na Resolução Contran nº 789, de 18/06/2020, que consolida normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos, dentre as exigências necessárias para o exercício da função de “Instrutor de Trânsito” nos Centros de Formação de Condutores (CFC), estão corretas APENAS as sentenças:

- (A) I, III e V.
- (B) I, II e VI.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) III e VI.

24. Com relação aos ciclomotores, considere:

- I. São veículos de 02 (duas) ou 03 (três) rodas providos de motor de combustão interna cuja cilindrada não exceda 75 cm³ ou motor de propulsão elétrica com potência máxima de 8 kW (oito quilowatts).
- II. A velocidade máxima de fabricação não pode exceder a 50 Km/h (cinquenta quilômetros por hora).
- III. A aprendizagem e o “Exame de Direção Veicular” para a obtenção do “Autorização para Condução de Ciclomotor” (ACC) deverão ser realizados em qualquer veículo de duas rodas classificado como ciclomotor, sendo possível a utilização de ciclomotor de propriedade do candidato.
- IV. O candidato à obtenção da ACC somente poderá prestar “Exame de Prática de Direção Veicular” depois de cumprido o mínimo de 03 (três) horas-aula.
- V. A velocidade máxima de fabricação não pode exceder a 65 Km/h (sessenta e cinco quilômetros por hora).
- VI. São veículos de 02 (duas) ou 03 (três) rodas providos de motor de combustão interna cuja cilindrada não exceda 50 cm³ ou motor de propulsão elétrica com potência máxima de 4 kW (quatro quilowatts).

As sentenças corretas são APENAS:

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e VI.
- (C) IV, V e VI.
- (D) III, V e VI.
- (E) I, IV e V.



25. Sobre o Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC), considere:
- I. O RNPC deverá ser atualizado trimestralmente.
 - II. O RNPC deverá ser atualizado semestralmente.
 - III. A abertura de cadastro requer a autorização prévia e expressa do potencial cadastrado.
 - IV. A exclusão do RNPC dar-se-á quando a Carteira Nacional de Habilitação do cadastrado estiver com validade vencida há mais de 60 (sessenta) dias.
 - V. A exclusão do RNPC dar-se-á quando for atribuída ao cadastrado pontuação por infração.
 - VI. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão utilizar o RNPC para conceder benefícios fiscais ou tarifários aos condutores cadastrados.

Com relação ao RNPC, é correto afirmar que as sentenças corretas são APENAS:

- (A) III, V e VI.
 - (B) I, IV e V.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) II, III e IV.
-
26. Rixardi está ansioso pois realizará o “Exame de Direção Veicular” para veículos de quatro rodas categoria “B”. Quanto ao “Exame de Direção Veicular”, é correto afirmar:
- (A) É composto por duas etapas, sendo uma delas estacionar em vaga delimitada por balizas removíveis com largura e comprimento iguais às respectivas dimensões do veículo utilizado, acrescidos de 40%.
 - (B) No caso de reprovação neste exame, Rixardi só poderá repeti-lo depois de decorridos 45 (quarenta e cinco) dias da divulgação do resultado.
 - (C) É composto por três etapas, sendo uma delas, estacionar em vaga delimitada por balizas removíveis com largura e comprimento iguais às respectivas dimensões do veículo utilizado, acrescidos de 25%.
 - (D) O tempo máximo para o estacionamento de veículos em espaço delimitado por balizas, em até duas tentativas, respeitará o intervalo de cinco a nove minutos.
 - (E) Deverá ser realizado com veículo da categoria pretendida, com transmissão automática e duplo comando de freios.

27. Considere as possíveis faltas abaixo:

- I. Exceder a velocidade regulamentada durante a realização do exame.
- II. Manter a porta do veículo semiaberta durante o percurso da prova.
- III. Desengrenar o veículo declive do percurso.
- IV. Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal de freio nas frenagens.
- V. Apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento.
- VI. Dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada.

Encerrado o “Exame de Direção Veicular”, é correto afirmar que Rixardi será reprovado caso tenha cometido as seguintes faltas:

- (A) V e VI.
 - (B) III e V.
 - (C) Apenas II.
 - (D) IV e VI.
 - (E) Apenas I.
-
28. O Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Município que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades que tem como objetivos básicos:
- I. estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, sem fiscalizar seu cumprimento;
 - II. fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito;
 - III. estabelecer a sistemática de fluxos permanentes de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.

Está correto o que consta dos itens:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.



29. Com o advento da pandemia de COVID-19 e as medidas de isolamento social que foram estabelecidas nos anos de 2020 e 2021, houve aumento da utilização dos serviços de entrega de supermercados, restaurantes e outros segmentos do comércio por meio do sistema *delivery* realizados por motofretistas. Nesse sentido, a Resolução CONTRAN nº 930, de 28/03/2022, trouxe regulamentação específica de cursos destinados a profissionais em transporte de passageiros (mototaxista) e em entrega de mercadorias (motofretista). No caso do curso especializado para profissionais que exerçam atividades remuneradas na condução de motocicletas e motonetas, quanto à frequência necessária para a aprovação e à nova avaliação em caso de reprovação, é correto afirmar que será considerado aprovado no curso o participante que tiver
- (A) 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e, no mínimo, 70% (setenta por cento) de acerto nas questões relativas ao conteúdo teórico e 70% (setenta por cento) na avaliação prática. Em caso de reprovação, o participante terá prazo máximo de 30 (trinta) dias para realizar nova avaliação.
 - (B) 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de acerto nas questões relativas ao conteúdo teórico e 70% (setenta por cento) na avaliação prática. Em caso de reprovação, o participante terá prazo máximo de 30 (trinta) dias para realizar nova avaliação.
 - (C) 100% (cem por cento) de frequência e, no mínimo, 70% (setenta por cento) de acerto nas questões relativas ao conteúdo teórico e 70% (setenta por cento) na avaliação prática. Em caso de reprovação, o participante terá prazo máximo de 30 (trinta) dias para realizar nova avaliação.
 - (D) 100% (cem por cento) de frequência e, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de acerto nas questões relativas ao conteúdo teórico e 60% (sessenta por cento) na avaliação prática. Em caso de reprovação, o participante terá prazo máximo de 60 (sessenta) dias para realizar nova avaliação.
 - (E) 80% (oitenta por cento) de frequência e, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de acerto nas questões relativas ao conteúdo teórico e 70% (setenta por cento) na avaliação prática. Em caso de reprovação, o participante terá prazo máximo de 60 (sessenta) dias para realizar nova avaliação.
-
30. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, compete às Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal:
- (A) coordenar os órgãos municipais de execução e fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, concomitantemente com os demais agentes credenciados.
 - (B) executar a fiscalização de trânsito, independentemente de convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, concomitantemente com os demais agentes credenciados.
 - (C) executar a fiscalização de trânsito, independentemente de convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, prioritariamente em relação aos demais agentes credenciados.
 - (D) executar a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, concomitantemente com os demais agentes credenciados.
 - (E) coordenar a política estadual e municipal, com o planejamento, a execução e fiscalização de trânsito, independente de convênio firmado, prioritariamente em relação aos demais agentes credenciados.
-
31. De acordo com a Resolução CONTRAN nº 929, de 28 de março de 2022, a Escola Pública de Trânsito destina-se a promover a Política
- (A) Estadual de Trânsito, delegando totalmente a particulares ações e cursos voltados para o exercício da cidadania, mobilidade e segurança no trânsito.
 - (B) Nacional de Trânsito, bem como executar ações e cursos voltados para o exercício da cidadania, mobilidade e segurança no trânsito.
 - (C) Nacional de Trânsito, bem como executar ações de fiscalização de veículos automotores.
 - (D) Estadual de Trânsito, realizar cursos complementares de cidadania sem o viés de mobilidade e segurança no trânsito e julgar os recursos interpostos por infratores.
 - (E) Estadual de Trânsito, bem como executar ações e cursos voltados para o exercício da cidadania, mobilidade e segurança no trânsito.
-
32. O Detran do Amapá é Autarquia Estadual, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública, com sede e foro na cidade de Macapá. Consoante a Lei nº 1.453 de 11 de fevereiro de 2010 alterada pelas Leis 2.267/2017 e 2.660/2022, no que tange à composição da estrutura organizacional básica da DIREÇÃO SUPERIOR DO DETRAN, é correta a que consta em:
- (A) a deliberação colegiada: o Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN), a Junta Administrativa de Recursos e Infrações (JARI), o Conselho Diretor, o Conselho Fiscal e a deliberação singular: o Diretor-Presidente.
 - (B) o gabinete, a Assessoria de Desenvolvimento Institucional, a Corregedoria, a Controladoria, a Ouvidoria, a Assessoria de Segurança Institucional, a Comissão Permanente de Licitação, A Procuradoria Jurídica.
 - (C) a escola pública de trânsito, a CIRETRAN, o Núcleo de planejamento, o núcleo técnico, a Diretoria Técnica.
 - (D) a deliberação colegiada: o CETRAN, a JARI, a Junta Administrativa de Recursos e Infrações (JARI) o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal, a escola pública de trânsito e a CIRETRAN.
 - (E) a deliberação singular: o Diretor Presidente, o gabinete, a Assessoria de Desenvolvimento Institucional, a Corregedoria, a Controladoria, a Ouvidoria, a Assessoria de Segurança Institucional.
-
33. Nos termos da Lei nº 1.453, de 11/02/2010, a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) é o órgão colegiado responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades impostas pelo DETRAN, e terá composição estrutura, organização e funcionamento definidos por Regimento Interno aprovado pelo Conselho Estadual de Trânsito. Haverá uma turma de julgamento para cada:
- (A) 50.000 (cinquenta mil) veículos registrados no Estado do Amapá.
 - (B) 100.000 (cem mil) veículos registrados no Estado do Amapá.
 - (C) 150.000 (cento e cinquenta mil) veículos registrados no Estado do Amapá.
 - (D) 500.000 (quinhentos mil) veículos registrados no Estado do Amapá.
 - (E) 10.000 (dez mil) veículos registrados no Estado do Amapá.



34. Considerando o contido no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), quanto ao trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação, considere as seguintes afirmações:
- I. a circulação far-se-á pelo lado direito da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas.
 - II. o condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas.
 - III. quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem:
 - a. no caso de apenas um fluxo ser proveniente de rodovia, aquele que estiver circulando por ela;
 - b. no caso de rotatória, aquele que estiver circulando por ela;
 - c. nos demais casos, o que vier pela direita do condutor.
 - IV. o trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e nos acostamentos, só poderá ocorrer para que se adentre ou se saia dos imóveis ou áreas especiais de estacionamento.
 - V. os veículos precedidos de batedores terão prioridade de passagem, respeitadas as demais normas de circulação.

Está correto o que consta de

- (A) III, IV e V, apenas.
 - (B) I, III e V, apenas.
 - (C) I, II, III e IV, apenas.
 - (D) I e III somente.
 - (E) I, II, III, IV e V.
-
35. Os veículos destinados ao socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização e operação de trânsito e as ambulâncias, além de prioridade no trânsito, gozam de livre circulação, estacionamento e parada, quando de serviço de urgência, de policiamento ostensivo ou de preservação da ordem pública, observadas as seguintes disposições. De acordo com o previsto no Código de Trânsito Brasileiro, em especial ao trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação, na hipótese de avis-tarem e ouvirem um veículo destinado ao socorro de incêndio com sinais sonoros e de iluminação acionados todos os condutores e os pedestres deverão, respectivamente:
- (A) atravessar rápido, se possível antes da passagem do veículo. Devem acelerar, ainda que acima da velocidade da via, se necessário, para assegurar que o veículo de emergência passe mais rapidamente, seguindo, sempre na faixa da esquerda.
 - (B) deixar livre a passagem pela faixa da direita, indo para a esquerda e seguir com o veículo lentamente, se necessário. Aguardar no passeio e somente atravessar quando o veículo já tiver passado pelo local.
 - (C) acelerar, ainda que acima da velocidade da via, se necessário, para assegurar que o veículo de emergência passe mais rapidamente, seguindo, sempre na faixa da esquerda. Aguardar no passeio e somente atravessar quando o veículo já tiver passado pelo local.
 - (D) deixar livre a passagem pela faixa da esquerda, indo para a direita e parando, se necessário. Aguardar no passeio e somente atravessar quando o veículo já tiver passado pelo local.
 - (E) atravessar rápido, se possível antes da passagem do veículo. Deixar livre a passagem pela faixa da esquerda, indo para a direita e parando, se necessário.

36. *A Educação Inclusiva é uma grande conquista, na medida em que vai na contramão de nosso passado histórico, definindo a deficiência como atributo que não pode ser descolado do contexto, uma vez que se dá na interação de uma pessoa que possui uma ou mais características que divergem do padrão com barreiras. Em outras palavras, a deficiência – seja ela de que ordem for – só existe na relação com um mundo repleto de impedimentos para a plena inclusão da pessoa que a possui.*

(Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br> Acessado em: 13 out. 22)

Considerando que a pessoa com deficiência deve lidar com uma série de percalços no processo educativo, constituem barreiras enfrentadas no ambiente escolar por este público para uma efetiva inclusão:

- I. [...] *arquitetônicas (portas estreitas, banheiros não adaptados, por exemplo); urbanísticas (calçada desnivelada, falta de piso tátil e sinal sonoro em semáforos, entre outros).*
- II. [...] *nos transportes (ausência de rampas e corrimão).*
- III. [...] *na comunicação (ausência de libras, legendas, texto alternativo etc.).*

Está correto o que consta de

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.



37. A Adolescente "D", de 14 anos, tem sido vítima de *bullying* por seus colegas de classe. Como Educador, acompanhando o caso, sua análise final é de que o preconceito e a discriminação praticados pelos outros estudantes referem-se ao fato de "D" ser transexual. Ao relatar o caso a seus superiores para a tomada de providências cabíveis, você apontará que a Adolescente "D" tem sido vítima de discriminação:
- (A) econômica.
 - (B) religiosa (de credo).
 - (C) de gênero.
 - (D) étnica.
 - (E) racial.
-
38. A Constituição Federal de 1988 eleva a Educação ao patamar de Direito Social (artigo 6º – *caput*). Para tanto, além de proporcionar meios de acesso a ela (art 23, inc. V), o Constituinte também atribuiu responsabilidades aos atores sociais envolvidos neste fundamental processo de socialização. Segundo o artigo 205 – *caput* de nossa Carta Magna, a Educação, "direito de todos", se constitui em:
- (A) *dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.*
 - (B) *[...] dever exclusivamente do Estado, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade e da família.*
 - (C) *[...] dever exclusivamente da família, será promovida e incentivada com a colaboração do Estado e da sociedade.*
 - (D) *[...] dever do Estado, da família, será promovida e incentivada com a parceria de instituições privadas e com o controle social externo.*
 - (E) *[...] dever da sociedade, será promovida e incentivada com a parceria de instituições privadas e com o controle social externo.*
-
39. Os Grêmios Escolares têm papel fundamental no processo pedagógico-educativo, já que possibilitam aos Estudantes o exercício, na prática, de conhecimentos e habilidades aprendidos neste ambiente. Ademais, fomentam o engajamento dos estudantes em, efetivamente, participarem da vida escolar, conduzindo-os ao papel de protagonistas, participando diretamente no gerenciamento do espaço e no cuidado das pessoas que, ali, estudam ou trabalham. Podemos considerar os Grêmios Escolares como um dos principais pilares na Educação, estampado no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal, bem como no Artigo 2º, VI, da Lei Nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e denominado como Gestão
- (A) com Foco nos Resultados.
 - (B) com Foco nos Processos.
 - (C) por Cadeia de Valor.
 - (D) Democrática.
 - (E) Autoritária.
-
40. O Detran do Amapá, com o propósito de estimular os princípios e valores da fé, pretende incluir, no curso de reabilitação de condutores, o módulo obrigatório de "Religião". Você, como Educador de Trânsito, foi questionado pelo Diretor do Departamento de Trânsito a respeito desta decisão para análise e sugestão curricular. Considerando o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei Federal Nº 9.394/1996), seu posicionamento deve ser apresentado e justificado como:
- (A) Desfavorável, já que pela LDBEN o Ensino Religioso é de matrícula e adesão obrigatória em toda a Educação Fundamental, não apenas para estudantes de 5º ao 9º ano (Ensino Fundamental II).
 - (B) Desfavorável, já que o Ensino Religioso, embora integrante da formação básica do cidadão, deve ter sua matrícula facultativa, construindo-se como disciplina a ser ofertada nos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental.
 - (C) Desfavorável, já que pela LDBEN o Ensino Religioso é de matrícula e adesão obrigatória apenas para estudantes do 1º ao 4º ano (Ensino Fundamental I).
 - (D) Favorável, desde que os horários de "Ensino Religioso" não entrem em conflito com a matéria de "Educação para o Trânsito", de caráter obrigatório aos estudantes do Ensino Fundamental 2 (5ª a 9ª séries), conforme previsto no próprio artigo 33 da LDBEN.
 - (E) Favorável, desde que os horários de "Ensino Religioso" não entrem em conflito com a matéria de "Educação para o Trânsito", de caráter obrigatório aos estudantes de todo Ensino Fundamental, conforme previsto no próprio artigo 33 da LDBEN.



41. Como Educador de Trânsito, você foi incumbido de ministrar aulas optativas de Segurança Viária numa determinada Escola Estadual do Amapá. Chegando no estabelecimento escolar, ficam perceptíveis alguns posicionamentos acerca da Gestão Escolar, destacando-se a falta de material pedagógico mínimo para as aulas, o número limitado de carteiras e cadeiras (mobiliário escolar) em sala de aula e, até mesmo, a dificuldade na efetividade de matrículas por parte de novos estudantes, mesmo com a disponibilidade de espaço. Inconformado com esta situação, você se prontifica a elaborar um expediente para o seu Chefe no DETRAN, informando o fato. Considerando exclusivamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei Federal Nº 9.394/96), especificamente o artigo 3º, inciso I (Princípio da Igualdade) e artigo 4º, inciso IX (padrões mínimos de ensino), seu embasamento será:
- (A) Favorável quanto a falta de mobiliário escolar, em virtude das dificuldades orçamentárias enfrentadas pós pandemia do Covid-19; e desfavorável quanto a falta de material pedagógico e de não matrícula de novos estudantes, já que tais direitos estão expresso na LDBEN e devem ser garantidos independentemente de qualquer situação orçamentária e financeira enfrentada pelo Estado do Amapá.
 - (B) Favorável quanto a não matrícula de novos estudantes, já que o Direito à Educação é limitado a quantidade de vagas disponibilizadas; e desfavorável quanto a falta de material pedagógico e de mobiliário escolar, já que tais direitos estão expresso na LDBEN e devem ser garantidos independentemente de qualquer situação orçamentária e financeira enfrentada pelo Estado do Amapá.
 - (C) Favorável quanto a falta de material pedagógico, já que esses meios devem ser suprido exclusivamente pela capacidade de ensino do docente; e desfavorável quanto a falta de mobiliário escolar e de não matrícula de novos estudantes, já que tais direitos estão expresso na LDBEN e devem ser garantidos independentemente de qualquer situação orçamentária e financeira enfrentada pelo Estado do Amapá.
 - (D) Favorável para todas as situações encontradas, já que a pandemia do COVID-19 apresentou um novo cenário para o Ambiente Escolar, reduzindo os direitos e garantias desta comunidade para a consecução do orçamento público.
 - (E) Desfavorável em todas as situações encontradas. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de padrões mínimos de qualidade do ensino, com utilização de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados. Quanto às matrículas, constitui um dos princípios na Gestão Escolar a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
-
42. Como Educador de Trânsito, você foi incumbido de ministrar aulas optativas de Segurança Viária numa determinada Escola Estadual do Amapá. Chegando ao estabelecimento escolar, você verificou que um dos estudantes possui Transtorno do Espectro Autista, em grau levíssimo, estando completamente integrado na rotina da sala de aula. Considerando exclusivamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei Federal Nº 9.394/1996), especificamente o artigo 58, *caput*, que trata da Educação Especial, você deverá:
- (A) Manter o estudante matriculado em sua disciplina de Segurança Viária, já que a Educação Especial se constitui numa modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
 - (B) Reportar ao DETRAN para analisar, mediante processo administrativo, se o Estudante Especial tem condições psicotécnicas de frequentar a disciplina de Segurança Viária.
 - (C) Reportar ao Direção da Escola Estadual para analisar, mediante processo administrativo, se o Estudante Especial tem condições psicotécnicas de frequentar a disciplina de Segurança Viária.
 - (D) Reportar a Secretaria Estadual de Educação para analisar, mediante processo administrativo, se o Estudante Especial tem condições psicotécnicas de frequentar a disciplina de Segurança Viária.
 - (E) Não matricular o Estudante Especial, já que seu atendimento educacional deve ocorrer exclusivamente e em regra geral, em Escolas ou Serviços Especializados.
-
43. Como Educador de Trânsito, você foi incumbido de ministrar aulas optativas de Segurança Viária numa determinada Escola Estadual do Amapá. Durante o transcurso de sua disciplina, participando da Associação de Pais e Mestres, você presenciou diversas reclamações dos parentes dos Estudantes acerca de tratamentos desrespeitosos por parte dos docentes em relação aos discentes, utilização de critérios avaliativos desiguais e sem lógica, além de obstar a participação dos Estudantes na rotina de organização escolar e entidades estudantis. Como Educador, considerando exclusivamente o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), especificamente seu artigo 53, tais questionamentos são:
- (A) Improcedentes, já que o tratamento dos professores, os critérios de avaliação e a participação estudantil são Direitos exercidos exclusivamente pela Gestão Escolar, cabendo à Direção se manifestar a respeito dos critérios de conveniência e oportunidade no exercício dos mesmos.
 - (B) Procedentes em parte, discordando apenas da reclamação acerca dos tratamentos desrespeitosos por parte dos docentes em relação aos discentes, já que o processo de ensino-aprendizagem deve ocorrer conforme a necessidade enfrentada pelos professores no ambiente escolar.
 - (C) Procedentes em parte, discordando apenas da reclamação acerca da utilização de critérios avaliativos desiguais e sem lógica, já que compete exclusivamente ao docente determinar a forma de atribuir nota ao desempenho escolar, sem qualquer outro tipo de interferência externa nesse processo.
 - (D) Procedentes, discordando apenas da reclamação acerca do desestímulo à participação dos próprios Estudantes na rotina escola, já que essa preocupação deve ser exclusiva do corpo estudantil, sem qualquer tipo de incentivo por parte dos Educadores, já que os discentes tem completa e total autonomia para decidir sobre essa questão.
 - (E) Procedentes, já que as 3 (três) condutas são contrárias ao estabelecido no referido artigo do ECA.



44. Como Educador de Trânsito, você deve compreender a importância da Avaliação e dos Indicadores para o estabelecimento de Políticas Educacionais. Segundo a Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), a *fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino* (art 11 – caput), bem como o levantamento e o estudo dos indicadores de rendimento escolar, auferidos bianualmente, serão realizados:
- (A) pela Secretaria Estadual de Educação.
 - (B) pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.
 - (C) pelas Diretorias de Ensino e Educação dos Estados.
 - (D) pelas Coordenadorias Pedagógicas de cada região escolar.
 - (E) pelas Secretarias Municipais da Educação.

45. Numa das aulas ministradas para crianças matriculadas no 4º ano do Ensino Fundamental I, o Educador de Trânsito citou sobre a importância do mobiliário escolar ser compatível com o ambiente, evitando eventuais lesões pelos próprios discentes. Resaltou a importância do posicionamento das carteiras e cadeiras ser adequado em sala de aula, prevenindo que contatos indesejados resultem em lesões. Embora essa temática não seja afeta a disciplina de “Educação para o Trânsito”, o assunto é interdisciplinar e relevante, já que implica na transmissão de competência acerca de **I** para a **II**.

Preenche correta e respectivamente as lacunas **I** e **II**:

- (A) Atividades da Vida Diária – Atuação em Gestão de Incidentes Críticos
 - (B) Ensino Laboral – Formação Específica da Matéria de “Educação para o Trânsito”
 - (C) Normas de Segurança – Prevenção de Acidentes
 - (D) Legislações Municipais e Estaduais – Formação Específica da Matéria de “Educação para o Trânsito”
 - (E) Legislações Federais – Gestão de Incidentes Graves
46. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, fora do conteúdo obrigatório, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada e específica.
- Dos assuntos a seguir, **NÃO** pode ser incorporado neste contexto:
- (A) Direito da Criança e do Adolescente.
 - (B) Educação para o Trânsito.
 - (C) Educação Ambiental.
 - (D) Educação Física.
 - (E) Educação Alimentar e Nutricional.

47. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) prevê uma possibilidade de escolarização *destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida* (art. 37, caput do referido diploma). Os Sistemas de Ensino, por sua vez, *assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames*.

Como Educador de Trânsito, caso seja chamado a ministrar aulas para esse perfil de estudantes, dentro da Educação Básica e da Composição dos Níveis Escolares se trata da Educação

- (A) Ambiental.
- (B) Quilombola.
- (C) Indígena.
- (D) Popular.
- (E) de Jovens e Adultos.



48. Os acidentes de trânsito causam inúmeras fatalidades e lesões no Brasil. O atendimento rápido e adequado às vítimas de traumas decorrentes desse tipo de evento pode ser fator crucial para a sobrevivência das pessoas envolvidas. Com relação aos primeiros socorros às vítimas de acidente de trânsito, considere seguintes as afirmações:
- I. Primeiros Socorros são as primeiras providências tomadas no local do acidente. Consiste no atendimento inicial e temporário, até a chegada de um socorro profissional.
 - II. Mesmo que o cinto de segurança esteja dificultando a respiração de uma vítima que se encontre no interior de um veículo, o mesmo não deve ser solto até que chegue a equipe de socorristas.
 - III. Se porventura uma vítima de atropelamento se queixe de dor na região cervical, deve-se efetuar o giro lateral da cabeça, lentamente e com cautela, até encontrar uma posição que alivie a dor.
 - IV. Caso seja detectado um incêndio no veículo, colocando em risco à integridade física da vítima, deve-se movimentá-la para um local seguro ainda que a equipe de socorro não tenha chegado ao local.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.

49. O local do acidente de trânsito oferece risco para as vítimas, para aqueles que prestam auxílio a elas e para os demais usuários da via, pois existe a possibilidade de novos acidentes (colisões, ou atropelamentos, por exemplo). Para minimizar esses riscos, deve-se sinalizar o local o mais rapidamente possível.

Quanto à sinalização de um acidente de trânsito, está INCORRETO o que consta de:

- (A) Para executar a sinalização, recomenda-se a utilização do triângulo de segurança do seu próprio veículo e/ou dos demais veículos que pararem para auxiliar, pois é item obrigatório para todos os veículos.
- (B) A sinalização do acidente deve ser iniciada a uma distância que proporcione aos condutores o tempo suficiente para reagir e a distância necessária para parar após iniciar a frenagem.
- (C) Em caso de chuva ou à noite, as distâncias recomendadas para iniciar a sinalização do acidente são o dobro das distâncias indicadas para acidentes que ocorram de dia e na ausência de chuva.
- (D) A sinalização de um acidente de trânsito com vítima deve ser posicionada de forma a interromper o fluxo de trânsito na via, para que os serviços de atendimento de emergências encontrem espaço suficiente para estacionar ao chegar no local.
- (E) Como materiais especialmente fabricados para a sinalização podem ser escassos, podem ser utilizados materiais improvisados como galhos de árvore, latas ou pedaços de tecido, desde que esses materiais sejam visíveis e não ofereçam risco.

50. Ao prestar os primeiros socorros a uma vítima de acidente de trânsito, você verificou a existência de uma hemorragia em membro superior. Após calçar suas luvas de borracha descartáveis para controlar o risco de contaminação, o procedimento adequado e correto para impedir que a situação da vítima se agrave até a chegada do atendimento de emergência é

- (A) dobrar o membro comprimindo-o na articulação para estancar o sangramento.
- (B) aplicar um torniquete bem ajustado para estancar o sangramento.
- (C) comprimir o local do sangramento com uma gaze ou um pano limpo.
- (D) posicionar o membro em uma posição mais baixa do que o restante do corpo.
- (E) aplicar água corrente em abundância sobre o ferimento até a chegada do socorro.



PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 9: 9.3 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de quatro questões, para as quais o candidato deverá apresentar, por escrito em Língua Portuguesa, as respostas. O tema versará sobre conteúdo pertinente a Conhecimentos Específicos, conforme programa constante do Anexo III deste Edital, adequados às atribuições, relacionadas no Anexo II, do Cargo para o qual o candidato se inscreveu. 9.3.1 As Prova Discursiva-Estudo de Caso avaliarão o domínio dos temas abordados, consideradas a coesão, a coerência e a argumentação, a experiência prévia do candidato e a adequação às atribuições do Cargo. 9.3.2 A grade de correção/máscara de critérios contendo a abordagem/requisitos de respostas definida pela Banca Examinadora, as respostas apresentadas pelo candidato e a pontuação obtida pelo candidato serão divulgadas por ocasião da Vista da Prova Discursiva-Estudo de Caso. 9.4 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos de 10 (dez) linhas e máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova. 9.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Estudo de Caso a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc.); c) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; d) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; e) estiver em branco; f) apresentar abordagem insuficiente ou incorreta do conteúdo solicitado; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou à questão prática proposta; i) deixar de atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.7 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 9.8 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, na soma das notas das quatro questões, pontuação igual ou superior a 50 (cinquenta).

QUESTÃO 1 (VALOR 25,00)

Os Centros de Formação de Condutores (CFC) são empresas particulares ou sociedades civis que têm como atividade exclusiva o ensino teórico e/ou prático visando a formação, atualização e reciclagem de candidatos e condutores de veículos. Infraçonildo, um jovem empreendedor, tem interesse em estruturar um CFC. Em relação ao credenciamento de CFC, especifique quais as exigências mínimas que ele deve observar com relação a:

- I. Veículos de aprendizagem: descrever 04 (quatro) características para cada uma das categorias A, B e C.
- II. Recursos humanos.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 2 (VALOR 25,00)**

O núcleo de Educação da Escola Pública de Trânsito do Amapá foi demandado pela Secretaria de Estado da Educação para realizar campanha de trânsito direcionada aos alunos do ensino fundamental da rede pública.

Você foi recém-nomeado ao cargo de Educador de Trânsito e recebeu a missão de preparar a campanha, observando a Política Nacional de Trânsito (PNT).

Em consonância com o previsto na Resolução CONTRAN nº 314, de 8 de maio de 2009, que estabelece procedimentos para a execução das campanhas educativas de trânsito a serem promovidas pelos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito,

- a. Conceitue campanha educativa nos termos da Resolução supracitada.
- b. Discorra sobre os aspectos que devem ser considerados na elaboração da campanha, no tocante à linguagem, ao destaque das ações e à seleção das pessoas e personalidades usadas na campanha.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 3 (VALOR 25,00)**

O Educador de Trânsito deve entender o seu papel dentro de importante e complexo Sistema de Ensino Nacional. Além de se constituir num direito social, estampado na Constituição Federal, o Direito à Educação e o Dever de Educar também se materializam numa responsabilidade da República Federativa do Brasil. Considerando tal assertiva, responda as questões abaixo sob a perspectiva do Artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN (Lei nº 9.394/1996):

- a. Como Garantia do Estado, a Educação básica, obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, deve se organizar de 3 formas/divisões. Quais são?
- b. Qual o valor que deve ser pago no Ensino Público pelos matriculados que não concluíram, em idade própria, a série que deveriam estar frequentando? Justifique sua resposta.
- c. Em caso do discente, regularmente matriculado, se internar para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, como ficará o atendimento educacional? Justifique sua resposta.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 4 (VALOR 25,00)**

Sua futura função como Educador suplanta, apenas, o processo de transmissão de competência sobre o Trânsito. Sua responsabilidade é Maior. Educação é um gênero que congrega não apenas a escolarização, mas a formação humanística do ser humano, agregando competências multi e transdisciplinares.

Abordando, no mínimo, os aspectos abaixo indicados, à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) discorra:

- a. Durante aula de Educação para o Trânsito, destinada ao Ensino Médio, um dos discentes questionou se era obrigatório conhecer a história do Brasil em diversas perspectivas culturais e étnicas. Como Educador, qual resposta você deverá ofertar? Justifique sua resposta conforme previsto na LDBEN.
- b. Entre o multiculturalismo que caracteriza nossa Nação, 2 grupos étnicos se destacam no tocante à questão de preconceito, discriminação e racismo, sendo, portanto, objeto de valorização no ensino da história e cultura nacional, como forma de externalizar sua importância? Quais são esses grupos? Nesse sentido, cite 2 medidas curriculares que podem ser realizadas no estudo dessas 2 culturas/etnias? Cite, ao menos, 2 disciplinas o conteúdo citado anteriormente pode ser ministrado.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO